

PERSPECTIVAS MULTIESCALARES NA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA: UM ENSAIO SOBRE SEUS DESAFIOS TEORICO-METODOLÓGICOS

Jéssica de Sousa Baldassarini

Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)

Programa de Pós-Graduação em Geografia

jessika_baldassarini@hotmail.com

RESUMO

As problematizações sobre a questão escalar na Geografia atreladas, principalmente, com as questões da representação, da sua vinculação com a escala cartográfica e do seu papel na apreensão das dinâmicas do espaço geográfico, nos demonstram a importância do aprofundamento sobre o tema. Neste contexto, o presente artigo buscou abordar considerações acerca das escalas geográficas, incorporando o debate sobre a questão do espaço em movimento, das escalas enquanto construção social e da inter-relação entre escalas. Estas contribuições serviram de base para a elaboração de um esquema-síntese que objetiva trabalhar com a multiescalaridade na apreensão do espaço geográfico, entendido por meio da relação dialética das dinâmicas da natureza e da sociedade. Esta abordagem permitiu articular o processo de (re)produção do espaço geográfico com o movimento da diferenciação espacial, enquanto síntese das configurações espaciais da natureza e da sociedade, considerando a apreensão deste momento e suas contradições por meio de uma perspectiva multiescalar.

Palavras-chave: Escalas geográficas. Relação sociedade-natureza. Espaço geográfico.

MULTIPLE SCALES PERSPECTIVES ON NATURE-SOCIETY RELATION: AN ESSAY ABOUT YOUR THEORETICAL-METHODOLOGICAL CHALLENGES

ABSTRACT

The problematization about scale issue on Geography linked, mainly with representation issues, from its connection with the cartographic scale and its role in the apprehension of geographical space dynamics, demonstrate the importance of an in-depth study of the theme. In this context, the present paper has searched to approach considerations about geographic scales incorporating a debate on movement-space issues, from scales as social construction and interrelationship between scales. These contributions worked as bases to elaborate a schema-synthesis that aims to work with multiescalarity on geographical space apprehension, understood through the dialectical relations of nature and society dynamic. This approach allowed articulate the reproduction process of geographical space with the movement of spatial differentiation as a synthesis of space configurations of nature and society, considering these moment apprehension and its contradictions through a multiscale perspective.

Keywords: Geografic scales. Nature-society relation. Geographical space.

INTRODUÇÃO

As escalas foram abordadas por meio de diferentes noções, perspectivas e metodologias ao longo do desenvolvimento da ciência geográfica, sendo alvo de debates e problematizações vinculadas as transformações que ocorreram dentro da própria Geografia. Ainda hoje, muito da questão escalar está vinculada com a representação, a articulação das escalas com a cartografia e a sua importância na apreensão das transformações de um espaço geográfico em movimento, carregado de novas formas (re)significadas, de novos conteúdos e, conseqüentemente, de diferentes organizações espaciais.

O presente artigo parte da discussão sobre a questão escalar, apresentando os principais elementos constituintes do desafio das escalas geográficas na apreensão do mundo contemporâneo. Posteriormente, apresentamos algumas contribuições ao debate sobre as escalas, incorporando a questão da problematização da representação e da apreensão do espaço geográfico em movimento,

da importância das articulações entre as diferentes escalas e da sua construção social, carregando-as de interesses e contradições.

Esta discussão foi importante para algumas reflexões de como a relação sociedade-natureza, entendida enquanto elemento basilar da formação do espaço geográfico, pode ser apreendida por meio de uma perspectiva multiescalar.

Para isso, na última parte do texto, nos debruçamos sobre a construção de um esquema-síntese que buscou correlacionar o processo de (re)produção do espaço geográfico enquanto movimento da diferenciação espacial, que se vincula com os eventos naturais e sociais, por meio de uma perspectiva multiescalar de análise. Por fim, abordamos como esta perspectiva pode ser incorporada nos estudos geográficos que buscam uma Geografia mais integradora, preocupada com a articulação da natureza e da sociedade.

PONTO DE PARTIDA PARA A COMPREENSÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO E SEUS REFLEXOS NA QUESTÃO ESCALAR

Iniciemos nossa discussão considerando algumas problematizações acerca da questão escalar na ciência geográfica que nos levam a discutir sobre novas noções, abordagens e conceitos fundamentais para a apreensão do espaço geográfico.

A discussão escalar tem ganhado notoriedade nos últimos anos graças a sua articulação com os debates que problematizam os processos cada vez mais associados com o mundo globalizado, com o desenvolvimento tecnológico enquanto intensificadores das conexões nos diferentes níveis, das relações sociais, econômicas, políticas e ambientais. Uma globalização que coloca em pauta a discussão sobre uma determinada desterritorialização, confundida muitas vezes com o desaparecimento dos territórios, com a desmaterialização das relações espaciais, a anulação das distâncias ou mesmo com um outro nível de importância atribuído ao global quando comparado com os processos locais (HAESBAERT, 2003).

Por outro lado, diversos debates sobre políticas de identidade, encabeçadas por movimentos locais que defendem o reescalonamento de governanças, exigindo maior autonomia local e regional, também têm recorrido a questão escalar (MOORE, 2018).

Do ponto de vista ambiental, as escalas de impacto cada vez mais globais e complexas da contaminação e degradação da natureza ganham centralidade. As mudanças climáticas e o avanço do desmatamento são exemplos destes processos que apontam para a relevância das preocupações globais e cada vez mais articuladas das regulações internacionais que, por sua vez, carregam demandas, resistências e contradições inerentes a contextos locais, regionais e mesmo nacionais por serem diversos e singularizados (MOORE, 2018).

De forma geral, observa-se três premissas centrais da questão da escala na Geografia, a primeira está inserida na crítica à analogia da escala geográfica e a cartográfica, a alteração de valor da variável observada com a alteração escalar, bem como a sua abordagem como definição *a priori* na pesquisa científica. A segunda premissa seria o entendimento da escala como um problema de aproximação dado pelo pesquisador ao observar um determinado território. Por fim, a terceira seria a abordagem da escala como alicerce da pesquisa, ou seja, definida anteriormente às variáveis (SILVEIRA, 2004).

No que tange a representação, Castro (2005) salienta que uma das maiores dificuldades encontradas pelos geógrafos é justamente conseguir representar os diferentes modos de percepção e de concepção do real. Na grande maioria das vezes a escala comparece como algo *a priori* ou como um receptáculo de cada processo, munido de uma noção pouco problematizada e muitas vezes limitada às “preferências” dos investigadores, que elegem com antecipação qual a melhor escala para a sua investigação (RACINE, et al., 1983; MELAZZO; CASTRO, 2007).

A questão da representação também foi tratada por Kosik (1976) ao introduzir o debate da pseudoconcreticidade e do pensamento dialético na distinção entre representação e realidade, dada pela criação de um sistema correlacional de noções que capta aspectos do fenômeno. Segundo o autor, a existência real e as formas fenomênicas são diferentes e contraditórias com a estrutura e a essência da coisa em si.

Toda a sua construção teórica busca apreender a totalidade enquanto um todo estruturado e em movimento, e não como a soma de todos os fenômenos e que, portanto, o conhecimento humano não seria capaz de tudo abarcar (BAHIANA, 1986; KOSIK, 1976).

Segundo Melazzo e Castro (2007) esta forma de apreensão da escala na Geografia está muito vinculada ao seu uso enquanto noção de representação, ou seja, o elemento que permite representar

a realidade. A escala aparece então como um recurso que se traduz na forma de medida, por isso, em muitos casos a escala geográfica é reduzida a uma escala cartográfica.

A construção da analogia escala cartográfica-geográfica resulta de um movimento que parte da geometria do espaço, mas que precisa caminhar para a complexidade da geografia do mundo. A concepção geométrica do espaço revela o empirismo matemático associado com a construção da cartografia na formalização da Geografia moderna. Uma escala cartográfica que permitiu o traçado de limites e o estabelecimento de modelizações da representação do espaço idealizado. Assim, a escala cartográfica se colocou como um instrumento taxonômico importante para a diferenciação das áreas e para o estabelecimento dos níveis de generalização (SILVEIRA, 2004).

Na escala cartográfica a ênfase está na ideia de tamanho e no sentido de medida de um fenômeno. Seu emprego dentro da Geografia ainda se encontra muito vinculado com uma fração da divisão da superfície representada ou como um indicador do tamanho de um espaço considerado, o que não garante contemplar a complexidade dos fenômenos (CASTRO, 2005; SOUZA, 2013).

O significado mais usual de escala vinculado com a ideia de representação gráfica de área esconde a complexidade do termo no que se refere ao recorte da realidade espacial, bem como da percepção do espaço total e do fragmentado “escolhido”. Cada escala se coloca como um campo de representação que estabelece uma pertinência do objeto, mas apenas indicando o espaço de referência desta pertinência. Portanto, a modificação da escala vai além do recorte métrico, resultando em transformações qualitativas (CASTRO, 2005).

Para Castro (2005) a escala também se coloca como um problema epistemológico, sendo necessário pensá-la para além da projeção gráfica, ou seja, como uma aproximação do real, o que essencialmente lhe confere dificuldades. Neste contexto, o problema da escala não seria só dimensional, mas também fenomenal. Como exemplo, tem-se a questão de que fenômenos observados em escalas diferentes mostram aspectos diferenciados, ou seja, o que é visível de um fenômeno depende da escala de observação.

Estes aspectos estão vinculados com o problema do tamanho intrínseco à análise espacial e aos recortes escolhidos, sendo que o próprio direcionamento do investigador privilegia certo conjunto de fenômenos em detrimento de outros. Esta questão da seletividade demonstra a necessidade de considerar na análise espacial o entendimento das mudanças quantitativas e qualitativas nas diferentes escalas (CASTRO, 2005).

Para Souza (2013) ainda é comum na Geografia abordar a escala como se fosse um dado, ou seja, como se o local ou o regional existissem por si só, independente da construção do objeto pelo analista, ou mesmo entender a escala como uma realidade quase material, como camadas de contextualização, nas quais os indivíduos se inscrevem, sem exercer grande influência sobre estas camadas.

Assim, as escalas de análise não são dadas e sim arrancadas da realidade no decorrer do processo de construção do objeto do conhecimento pelo pesquisador. A escala de um fenômeno, ou seja, seu alcance espacial, interessa como ponto de partida para a construção do objeto do conhecimento. São escalas que variam de acordo com o objeto, o modo de construí-lo e as questões ou problemáticas que orientam a sua construção, é ela que definirá quais escalas e não outras serão especialmente importantes para focalizar e investigar adequadamente uma determinada questão, bem como os processos e práticas do que se quer estudar (SOUZA, 2013).

É neste contexto que Racine et al. (1983) vai abordar a questão da escala como mediadora das configurações observadas, considerando que a mudança de escala resulta em alterações na natureza dos fenômenos, com uma tendência crescente de homogeneidade em razão inversa da escala. Ou seja, haveria uma homogeneidade dos fenômenos que são observados em pequenas escalas e uma heterogeneidade naqueles de grande escala.

A escala também é mediadora de uma pertinência, neste momento os autores supracitados abordam a ligação entre uma unidade de observação e o atributo que está a ela associado, ou seja, o tamanho desta unidade e a escala de generalização dos dados utilizados. Este último aspecto por vezes é negligenciado por parte dos geógrafos, que acreditam que todos os comportamentos e ocorrências poderiam ser identificados e se manifestariam em uma única escala.

Para Moreira (2007) o debate escalar ganha outras dimensões com a nova realidade em que vivemos, não mais baseada nas formas antigas de abordagem da relação da sociedade com o espaço e com a natureza, o que demanda um novo olhar geográfico sobre o mundo. Esta realidade se vincula aos

conteúdos do mundo globalizado, que trazem novas formas de organização geográfica da sociedade e, conseqüentemente, que demandam uma renovação de conceitos, inclusive no que se refere as escalas geográficas.

Se anteriormente, a organização do espaço se modificava de forma lenta, articulada com os fatores naturais que marcavam as formas de produção da escala da vida, com limites fixos e circunscritas ao lugar, a introdução e complexificação dos dinamismos de uma sociedade técnico-científica-informacional vão imprimir uma aceleração e novas dimensões escalares a uma sociedade global, demandando da escala a busca pela apreensão desta complexidade (SILVEIRA, 2004).

A seguir busca-se estabelecer, frente a esta nova realidade, um debate com contribuições que nos dão elementos para pensar as escalas na apreensão do espaço geográfico atual.

PANORAMA ANALÍTICO SOBRE AS ESCALAS: O MOVIMENTO, A INTER-RELAÇÃO E A SUA CONSTRUÇÃO SOCIAL

A questão escalar se encontra intimamente relacionada tanto com a representação das relações que se expressam no espaço geográfico como também com a busca pela apreensão da totalidade, partiremos das contribuições trazidas por autores que refletiram sobre estes aspectos.

No que se refere a representação das relações espaciais Racine et al. (1983) apontam para as intencionalidades inerentes a escolha do recorte analítico, considerando a escala como uma estratégia de apreensão da realidade, que resulta no processo de “esquecimento coerente”. Portanto, ela seria um filtro que empobrece a realidade, mas, que ao mesmo tempo, preserva o que é pertinente a uma determinada intenção. A escolha de uma escala exprime essa intencionalidade, considerando que a determinação de uma escala leva a escolha dos subconjuntos que serão observados.

Neste contexto, a relação entre o processo ou fenômeno e a forma espacial se daria pelo reconhecimento da escala: “[...] um conhecimento preciso da escala na qual um processo é mais eficiente na determinação da forma espacial pode ser usado para determinar a escala para medir esta forma” (BAHIANA, 1986, p.59). Porém, como pensar neste reconhecimento quando tratamos de processos que atuam em escalas diferentes?

Buscando responder a esta pergunta recorreremos a contribuição de Ives Lacoste abordada por Bahiana (1986), ao entender que um fenômeno não pode ser representado senão em uma escala específica, já que quando o é representado em outras escalas o seu significado muda, por isso a importância da articulação das observações em escalas diversas. Por isso, não haveria um nível de análise privilegiado e que seja suficiente, já que ao apreender certos fenômenos e estruturas tem-se a ocultação de outros.

Como recurso Lacoste vai se utilizar da ideia de espaço folheado com planos de interseção, sendo que entre cada nível existiria um hiato, que corresponderia a esta mudança de escala (BAHIANA, 1986).

Modificações da escala de análise refletem em mudanças de ótica e nível de informação, por isso para Melazzo e Castro (2007, p.137) seria necessário ultrapassar a ideia de escala como fronteira, como medida que define limites, mas sim como uma correlação entre o que é e o que não é. Assim, “[...] cada processo social deve ser analisado segundo sua própria escala e esta deve ser selecionada de maneira coerente ao objeto a ser estudado”.

A escolha da escala geográfica deve ser um processo que considere alguns elementos fundamentais, para Castro (2005) estes seriam definidos como a relação que a escala estabelece com o referente, a percepção, a concepção e a representação. O referente estaria vinculado ao sujeito que não tem um olhar neutro sobre o fenômeno a ser investigado, a percepção com a mediação primeira do conhecimento e da realidade, a concepção com o entendimento e o conhecimento e a representação com a maneira de apreender a realidade. Neste sentido, a escala se colocaria como o elemento que dá visibilidade a realidade, bem como confere sentido aos fenômenos e se constitui em um objeto de análise.

Assim, três pressupostos são relevantes quanto ao emprego das escalas geográficas: a de que não existe uma escala mais ou menos válida, sendo a realidade contida em todas elas; a escala da percepção é sempre ao nível do fenômeno e a escala não seria responsável por fragmentar o real, apenas permitiria a sua apreensão. Portanto, ela é a medida que lhe confere visibilidade (CASTRO, 2005).

A relação da escala com a percepção ganha outra dimensão quando se considera a Geografia na década de 1960. Neste momento, as correntes paralelas aos estudos de conotação mais quantitativa vão abordar a questão da escala por meio dos estudos de comportamento espacial. Aqui ela é entendida como a percepção de um mundo que apresenta distintos níveis de realidade, enquanto produto cultural específico. Espaço e lugar ganham importância no entendimento da diferenciação do espaço pela perspectiva da experiência, do espaço vivido. Partindo do nível mais elementar que é o espaço pessoal, temos o espaço arquitetônico, do bairro, da cidade, no nível regional, nacional e mundial (BAHIANA, 1986).

Na década de 1970 se identifica a questão escalar se inserindo fortemente nas análises da Geografia Crítica, com o foco o espaço social, na concepção do papel ativo que ele possui na sociedade e de como as desigualdades se configuram como fenômenos socioespaciais que se materializam em diferentes escalas (BAHIANA, 1986). A análise se dava pela forma como as forças do capitalismo modelavam e remodelavam o espaço e de como a produção de escalas eram facilitadoras deste processo. Aqui a escala que antes era abordada, principalmente, como um espaço inerte, abstrato, com questões operacionais e metodológicas vinculadas com a identificação dos níveis espaciais dos processos, passa a assumir uma importância teórica, uma questão política de escala (MOORE, 2018).

Aqui duas correntes principais de análise geográfica se estabelecem, a primeira vinculada com os geógrafos político-econômicos que conferem a escala como entidade socioespaciais materiais, ou seja, que correspondem a processos materiais reais e formações espaciais. E a outra que caracteriza a escala como uma figura representacional ou um quadro discursivo e, por isso, não haveria necessária correspondência entre as representações de escalas e as condições materiais, ela se coloca como uma concepção de realidade (MOORE, 2018).

Um dos pensadores críticos importantes para o debate escalar foi Karel Kosik (1976) que buscou compreender a relação entre a aparência e a essência dos fenômenos, bem como a dificuldade da apreensão da totalidade.

O autor direciona esta discussão pontuando a distinção entre a representação e o conceito, abordado a dialética por meio da decomposição do todo para poder compreender a estrutura da coisa. Neste sentido, o aspecto fenomênico, que se apresenta imediatamente e, portanto, tomado enquanto representação, seria o produto natural da práxis cotidiana. Todavia este mundo que se apresenta pela práxis fetichizada, não é o mundo real, e sim o mundo da aparência, ou seja, uma representação enquanto aparência.

Os aspectos do fenômeno seriam capturados por meio da descrição de como seus elementos se manifestam e de como, ao mesmo tempo, nele se escondem. Para isso, a sua compreensão só é atingida quando se chega a sua essência, ou seja, sem a manifestação deste fenômeno a sua essência seria inatingível.

Porém, na pseudoconcreticidade, povoada pelo complexo de elementos que imediatamente penetram na consciência dos indivíduos assumindo um aspecto independente, esta diferença entre o fenômeno e a sua essência desaparece, sendo a realidade a sua unidade, o que pode ocultar a verdade das coisas (KOSIK, 1976).

Esta pseudoconcreticidade seria refutada pelo método dialético-crítico, que busca entender a realidade partindo do abstrato para o concreto, que é a negação da imediatividade, da concreticidade sensível. Este progresso da abstração à concreticidade consistiria no movimento das partes para o todo e do todo para as partes, do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno, da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade, do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto (KOSIK, 1976).

Santos (1977) aponta que muitos geógrafos simplesmente ignoram o mistério das formas, eles são empiristas que atraídos pela objetividade do mundo sensível, interpretam a coisa por meio da própria coisa, o espaço pelo espaço. Processos e formas seriam para o autor apenas instâncias da totalidade, sua expressão, uma manifestação da sua energia na forma de movimento.

Algumas categorias analíticas permitiriam identificar o movimento da totalidade. Além de tempo e escala que funcionam externamente, haveria a necessidade de considerar a estrutura, a função e a forma como categorias que funcionam internamente. O processo permearia todas estas categorias, entretanto, é um vetor cuja vida é efêmera, um breve momento (SANTOS, 1977).

O processo se encerra assim que uma estrutura é objetificada numa forma particular e então, um novo processo se inicia. Não haveria estrutura ou mesmo função sem a forma. Toda forma tem uma função que pode cooperar ou não com a estrutura. Aqui, considera-se a forma com o conteúdo, uma forma-conteúdo, em oposição a forma vazia.

“[...] o ponto essencial é que as categorias estrutura, função e forma bem como a de processo (tempo e escala) são indissociáveis tanto enquanto categorias analíticas como enquanto categorias históricas. Elas são as categorias que definem a totalidade concreta, a totalidade em seu processo permanente de totalização” (SANTOS, 1977, p. 40).

Kosik (1976) também se debruça sobre o que seria a totalidade concreta que busca compreender a realidade nas suas íntimas leis e conexões internas. Para ele a totalidade não seria todos os fatos, mas sim a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual um fato pode ser racionalmente compreendido.

Já a dialética, no seu entendimento, seria a teoria da realidade e do conhecimento como totalidade concreta, incorporada em uma ciência unitária que constata a insuficiência dos estudos das partes e dos processos de forma isolada, baseando-se no princípio metodológico de que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo, já que os fatos isolados são abstrações, são momentos separados do todo e que só quando inseridos no todo podem corresponder a realidade (KOSIK, 1976).

Assim, abordar o conhecimento da totalidade pela sua divisão e pensar a realidade sem a sua cisão seria como desconsiderar o movimento. Para entender o todo é preciso conhecer as partes e as partes somente são entendidas com o conhecimento do todo, ou seja, para entender a totalidade seria preciso reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes (KOSIK, 1976; SANTOS, 2008).

Este processo resulta na dificuldade de apreensão da totalidade, já que o objeto do estudo científico nunca é a totalidade de todos os fenômenos observáveis no tempo e no espaço, mas determinados aspectos que são abstraídos desta realidade. Esta totalidade não seria um todo já pronto recheado com um conteúdo, mas ela própria se concretiza não apenas pela criação do conteúdo, mas também pela criação do todo (KOSIK, 1976).

Para Santos (2008) esta totalidade é o real abstrato e o real concreto, metamorfoseando-se a cada momento. Sendo que os fragmentos da totalidade continuam a integrar a totalidade e só têm existência real em relação ao todo. Em uma análise geográfica identifica-se o que o autor chama de totalidade já perfeita, representada pela paisagem e sua configuração territorial, bem como a totalização que se está fazendo, entendido enquanto o espaço.

Esta totalidade se realiza por impactos seletivos, sendo os lugares definidos pelos impactos que acolhem, representada por uma espacialização e seletividade que se expressam tanto nas formas como no conteúdo. Portanto, o movimento desta totalidade à dirige para a sua espacialização e particularização.

“[...] As ações não se localizam de forma cega. Os homens também não. O mesmo se dá com as instituições e infra-estrutura. É esse o próprio princípio da diferenciação entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular” (SANTOS, 2008, p.125).

E é esta totalidade do real que vai se configurando em formas geográficas distintas, configurações estas que buscam ser apreendidas com o emprego das escalas geográficas.

Moreira (2007), buscou compreender as diferentes formas de apreensão da escala geográfica. Sua abordagem enfatizou as conjunturas socioespaciais de transformação do espaço e das relações sociedade-natureza, enquanto subsídio para entender as conseqüentes ênfases em determinadas escalas geográficas de análise, em detrimento de outras.

Este processo indica, assim como abordado por Racine et al. (1983), Castro (2005), Melazzo e Castro (2007), Brenner (2013), entre outros, que as escalas geográficas resultam de construções sociais, permeada por interesses e contradições e que, portanto, se instituem enquanto relevantes para atender demandas sociais, políticas, econômicas e ambientais de determinado espaço e tempo.

Para entender a realidade e as formas geográficas da sociedade Moreira (2007) parte da região, enquanto um olhar sobre o espaço que ele chama de lento, correspondente aos séculos XIX e XX, no

qual as paisagens eram relativamente paradas, compartimentadas e distanciadas, com um poder de intervenção técnica sobre os meios ambientes vinculados com a tecnologia da segunda revolução industrial.

Estas paisagens teriam uma história de duração longa, com localizações imutáveis e, portanto, a região teria sido a forma matricial da organização do espaço relevante para a demarcação do território, baseada em uma unidade dos fenômenos físicos e sociais que as diferenciavam dos demais espaços regionais.

Posteriormente, as transformações mais aceleradas baseadas na expansão mercantil, na divisão internacional do trabalho e da produção, e mais recentemente na globalização, fomentaram uma organização espacial fundada nas redes, o que muda tanto a forma como o conteúdo dos espaços. Estas modificações não se deram de forma abrupta, sendo a região ainda importante, porém, com um papel matricial cada vez menor (MOREIRA, 2007).

É com o desenvolvimento dos meios de transferência que se acelera as interligações, os movimentos e a escala da circulação. As regiões agora passam a compor uma paisagem com culturas que se entrecruzam. Este processo se intensifica com a globalização, organizando um espaço em rede que elimina barreiras (MOREIRA, 2007). Nesta nova conjuntura o lugar se coloca como o espaço de síntese, o ponto de referência da inclusão-exclusão na trama da nodosidade, sendo os lugares que dão o tom da diferenciação dos espaços.

A rede global seria a nova forma do espaço, sendo a fluidez a sua principal característica. Esta rede se expressa como o auge do caráter desigual e combinado, no qual a própria política se organiza por meio de alianças com o intuito de se organizar em redes, justamente para controlá-las. Também é neste contexto que se observa o acirramento da disputa entre os lugares, muitas vezes por meio da valorização dos territórios ou mesmo das regiões enquanto estratégias e não modos geográficos de ser, como anteriormente (MOREIRA, 2007).

Este processo se configura como uma “política das escalas”, entendida como a articulação de ações e agentes operando em diferentes níveis escalares para obter vantagens como a ampliação das esferas de influência e sinergias políticas. Dominar as escalas e suas articulações se tornou estrategicamente indispensável (SOUZA, 2013).

POR UMA ABORDAGEM MULTIESCALAR DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA: POSSIBILIDADES DE CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Neste momento inserimos no debate algumas reflexões sobre como a relação sociedade-natureza, entendida enquanto elemento basilar na formação do espaço geográfico, objeto de estudo da ciência geográfica, pode ser apreendida por meio de uma perspectiva multiescalar.

Para tanto abordaremos algumas considerações sobre os aspectos constituintes da (re)produção do espaço geográfico, será exposto como a relação sociedade-natureza participa deste processo, dando origem a configurações socioespaciais com heterogeneidades e homogeneidades, porém, que só se expressam enquanto totalidade a partir do momento em que são apreendidas de maneira multiescalar.

Na sequência, abordaremos como esta perspectiva pode ser incorporada nos estudos geográficos que buscam uma Geografia mais integradora, preocupada com a articulação da natureza e da sociedade.

Para tanto, nos baseamos na contribuição de autores que consideram a questão escalar enquanto aspecto fundamental para a apreensão de um espaço geográfico em movimento. As reflexões a seguir servirão de base para pensarmos em um esquema-síntese de interpretação que busca facilitar a articulação entre elementos considerados importantes na questão escalar.

Carlos (2009) debruça sua reflexão sobre a questão escalar partindo da preocupação com a análise espacial, com uma compreensão do espaço enquanto momento de elucidação da realidade social, entendendo a produção da sociedade e a produção do espaço como indissociáveis.

Seria a partir da análise do espaço que se revelaria as relações sociais, sendo o espaço condição/meio e produto desta (re)produção social. Para a autora é neste processo que os sujeitos se realizam na sua relação com a natureza e entre as forças políticas e sociais. Portanto, a natureza se apresentaria como pressuposto do processo de produção do espaço, transformada pela atividade humana, tornando-se uma realidade essencialmente social, e que expressa o espaço enquanto produção de uma dada sociedade (CARLOS, 2009).

Essa ideia de produção/reprodução do espaço expressa o movimento da diferenciação espacial como análise das particularidades dos lugares e da prática socioespacial. Esta concepção evidencia a contradição da produção social do espaço e a sua apropriação (CARLOS, 2009).

Para Santos (2008) é a divisão do trabalho que vai se expressar como um dos motores principais desta diferenciação espacial. Ele parte da diversificação da natureza, dada pelo seu movimento de trocas de matéria e energia, sendo que cada modo de diversificação muda seus aspectos e muda ela própria como um todo. Os diversos momentos de diversificação da natureza geram padrões específicos, sendo que tanto o movimento das partes, como a causa e a consequência das metamorfoses se associam com as energias naturais desencadeadas.

Esta diversificação da natureza introduzida a um contexto histórico seria representada pela divisão do trabalho, por atribuir em cada movimento um novo conteúdo e uma nova forma aos lugares (SANTOS, 2008).

Por isso, a sociedade teria representado um novo fator na diversificação e diferenciação da natureza, um fator que gera modificações pela atribuição de valor, pelo trabalho e pela técnica. Estas mudanças afetam cada vez mais lugares, porém, não têm origens unicamente no lugar (SANTOS, 2008).

“[...] A cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros. É assim que se forma e mantém a sua individualidade. O movimento do espaço é resultante deste movimento dos lugares. Visto pela ótica do espaço como um todo, esse movimento dos lugares é discreto, heterogêneo e conjunto, “desigual e combinado” (SANTOS, 2008, p. 87)”.

Esta divisão social do trabalho, para o autor, é considerada como a divisão territorial do trabalho que incorpora, além do trabalho vivo, o trabalho morto, enquanto feições naturais do território que exercem influência na divisão do trabalho. Estas formas naturais ou artificiais se colocam como virtualidades, a serem utilizadas ou não (SANTOS, 2008).

Este processo sempre deixa heranças que se constituem como uma condição para as novas etapas, e as formas naturais e o meio ambiente se incluem nestas formas herdadas. Se expressam enquanto rugosidades, entendido por Santos (2008), como tudo que fica do passado como forma, espaço construído, como coisas que se substituem e acumulam nos lugares.

É neste momento que Milton Santos introduz a ideia de evento. Considerando que ele é o gerador das transformações ao longo do tempo no espaço, gerando movimento, ação. O evento é entendido como um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço, sendo que estes não acontecem sem um sujeito, uma intencionalidade.

A sucessão de eventos que vão se dar nos lugares, combinado com os eventos passados que geraram conteúdo e (re)significação, são justamente os constituintes dos lugares, entendido enquanto depósito final dos eventos. Para ele existem eventos naturais e eventos sociais e históricos, sendo que os eventos naturais atualmente se dão cada vez mais em espaços artificializados (SANTOS, 2008).

Para entender a origem e a incidência dos eventos, Santos (2008) se utiliza da ideia de escala, neste caso entendida como limite e conteúdo que estão em constante mudança. A escala se aplica aos eventos por meio da escala de “origem” das variáveis envolvidas na produção deste evento e, também, da sua escala de impacto, sua realização.

A base para o primeiro tipo de escala seria a origem do evento, sua causa, com uma incidência que ocorre em lugares diversos. Estes eventos históricos não se dão isoladamente, se traduzindo em dois tipos de solidariedade. O primeiro deles são os eventos que tem como base a origem do evento, sua causa eficiente, com incidência em diversos lugares, próximos ou distantes. Estes são considerados eventos solidários, sendo sua ligação no movimento da totalidade superior à do lugar. E também, os eventos com base no lugar, sendo considerados solidários e sobrepostos, ocorrendo em uma área comum. No primeiro caso tem-se a escala das forças operantes e no segundo a área de ocorrência, a escala do fenômeno.

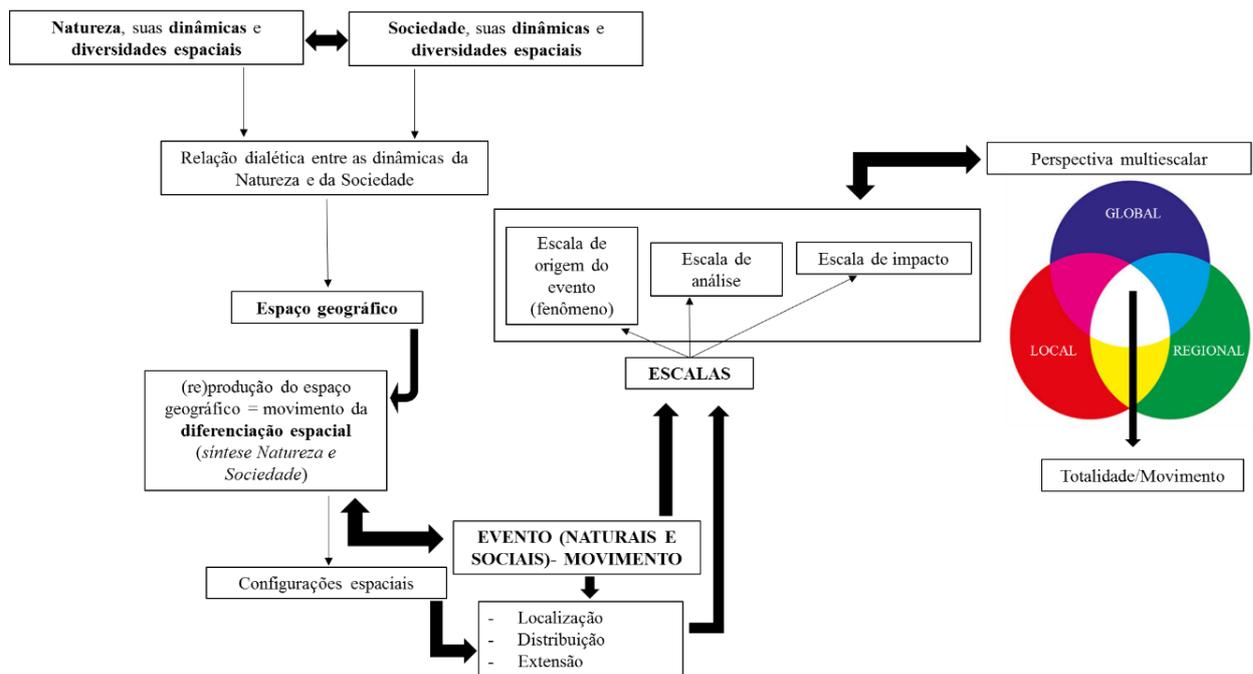
Para Santos (2008), a escala corresponde a essa área de ocorrência, sendo também um dado temporal, variando com o tempo, já que a área de ocorrência é dada pela extensão dos eventos. No caso das escalas das forças operantes deve-se considerar o lugar onde atuam as variáveis. Estes vetores de diferentes níveis hierárquicos vão se combinar solidariamente, constituindo uma área comum de ocorrência, que seria a sua escala de realização.

Souza (2013) também define o que ele entende enquanto escala do fenômeno e a escala de ação, porém, incluindo a escala de análise. A escala do fenômeno se refere a sua abrangência física no mundo, como um rio, um país, fenômenos sociais essencialmente “impessoais” como a globalização, ou mesmo de ação coletiva como as lutas sociais etc. Já a escala de análise é o nível analítico de apreensão das características relevantes de alguma coisa e, por fim, a escala de ação se refere ao alcance espacial das práticas dos agentes geográficos que exercem poderes nas dimensões das áreas territoriais que comandam. Apesar disso, a soma das microdecisões não devem ser negligenciadas, já que as consequências ultrapassam a sua escala de ação (SILVEIRA, 2004; SOUZA, 2013).

Segundo Melazzo e Castro (2007) Neil Smith foi um dos poucos que se debruçou sobre uma teorização das escalas geográficas, vendo-as enquanto estratégia de produção da diferenciação espacial, enquanto instrumento teórico para apreensão das diferenças espaciais. Ao se definir uma escala Neil Smith considera importante identificar a identidade escalar, enquanto aquilo que a diferencia das demais; as suas diferenças interiores, dadas pelos processos que as constituem; as fronteiras com as outras escalas, considerando que os limites não são estáticos e as suas articulações com as outras escalas, pensando em escalas interconectadas. Estes elementos nos parecem muito pertinentes no delineamento das escalas de análise, bem como no estabelecimento das correlações entre elas.

Algumas destas reflexões nos fizeram pensar em um esboço geral de incorporação das escalas na apreensão de um espaço geográfico em movimento, objetivando entender como a relação sociedade-natureza pode ser abordada por uma perspectiva multiescalar. O esquema é apresentado a seguir:

Figura 1 - Esquema-síntese de possibilidades do uso das escalas na apreensão da relação sociedade-natureza.



Fonte - Elaboração da autora, 2020.

Partimos do entendimento de que para além dos eventos naturais enquanto geradores de padrões e diversidades espaciais da natureza, esta se apresenta como elemento constituinte do espaço geográfico, não se colocando unicamente como base física para a produção do espaço geográfico pela realização social, mas participando ativamente de sua (re)produção. Para nós o espaço geográfico se funda, justamente, na relação dialética entre as dinâmicas da natureza e as dinâmicas da sociedade (SUERTEGARAY, 2001; NUNES et al., 2006).

Para Moreira (1994) a chamada “primeira natureza” não deve ser entendida como espaço geográfico, porém, o mesmo não existe sem ela. Mesmo na chamada segunda natureza a primeira não desaparece, estando nela contida, com outra forma. Para ele o espaço geográfico vai ser entendido pela relação homem-meio em sua expressão historicamente concreta.

Ao partir desta abordagem tem-se um direcionamento para o que consideramos enquanto uma Geografia integradora. No momento em que a natureza é inserida enquanto aspecto basilar a ser considerado na análise geográfica, suas dinâmicas devem ser correlacionadas com as relações sociais e de produção que os afetam, entendidos em seus contextos e configurações históricas. Assim, dinâmicas sociais não se reduzem a padrões naturais ao mesmo tempo em que uma natureza transformada pelo trabalho não deve negar as leis naturais que participam do processo (LEFF, 2001; MENDONÇA, 2002).

Neste contexto, é a tríade: configurações espaciais naturais, configurações espaciais sociais e configurações espaciais sínteses sociedade-natureza, que se constitui enquanto fundamental no estabelecimento das diferenciações espaciais. E para se entender estas configurações espaciais geradas deve-se considerar alguns aspectos, entre eles os eventos, enquanto geração de movimento e ação, e as velhas e novas formas e conteúdos (SANTOS, 2008).

Nesta busca pela apreensão das configurações espaciais, partindo da diversidade para se alcançar a unidade do espaço, Moreira (2007) vai estabelecer a localização, a distribuição e a extensão como recursos para um olhar espacial. A localização seria o primeiro aspecto a ser observado, e é a localização que leva a distribuição, entendida enquanto o sistema de pontos da localização. A distribuição leva, por sua vez, a extensão, que é a reunião da diversidade das localizações em sua distribuição, sendo que é pela extensão que a diversidade se tornaria a unidade no espaço.

Entender como os fenômenos naturais e sociais se localizam, se distribuem e de como na sua extensão se tornam unidade se coloca como um exercício relevante no próprio processo de escolha das escalas geográficas de análise e apreensão do espaço geográfico, considerando sua identidade escalar, diferenças interiores, seus limites fronteiros e suas articulações, como bem apontado em Melazzo e Castro (2007).

Corroboramos com as contribuições de Santos (2008) e Souza (2013) sobre as distinções estabelecidas entre os tipos de escalas, e estabelecemos como principais: as escalas de origem do evento e, conseqüentemente do fenômeno, entendendo-a, principalmente, na articulação entre as energias motoras das transformações e as ações dos agentes e grupos sociais que originam ou transformam o fenômeno, bem como a sua abrangência física. Em segundo, a escala de análise que orienta a nossa delimitação no nível analítico, buscando o espaço de coexistência dos elementos constituintes do fenômeno analisado. E, em terceiro a escala de impacto, vinculada ao nível de abrangência dos eventos decorrentes do fenômeno que podem atingir alcances espaciais diversos, contínuos ou descontínuos.

Acreditamos que a vinculação destas escalas seriam uma base para se pensar nas escalas enquanto relação, em movimento. Nesta escala enquanto relação, as escalas de origem, de análise e de impacto coabitariam em diferentes configurações espaciais que, analiticamente, nos permitem delimitar parâmetros metodológicos de apreensão.

Como analogia das escalas geográficas enquanto relação, nos utilizamos de uma tríade de cores, chamada de tríade aditiva (RGB), composta pelas cores primárias da luz, que ao se interconectarem dão origem a cor branca. As cores primárias da representação, neste caso, constituem-se em três escalas geográficas, tomadas enquanto recurso analítico, que ao longo da história da ciência geográfica se estabeleceram enquanto relevantes no entendimento do espaço geográfico, estas são: o global, o regional e o local. Ressaltando que cada uma delas permitem inúmeras subdivisões.

O importante nesta representação é considerar que a busca pela apreensão do espaço geográfico em movimento e na sua totalidade precisa se preocupar com o exercício da cisão das diferentes escalas geográficas, e é esta cisão (representada pela cor branca) que demonstra o movimento, enquanto algo para além da soma das partes. Esta articulação do todo com as partes e das partes com o todo, enquanto perspectiva multiescalar, assim como expresso por Kosik (1976) e Santos (1977; 2008), se constituiria no movimento fundamental para a apreensão dos fenômenos.

Se pensarmos no espaço geográfico entendido pela relação sociedade-natureza, alguns aspectos se tornam relevantes. Entre eles o processo histórico e vinculado a constituição da ciência moderna de fragmentação do conhecimento e de distanciamento intencional entre natureza e sociedade. Este distanciamento favorece que a natureza seja controlada, transformada pela e na técnica, bem como seja apropriada de forma privada, demonstrando como a teorização geográfica extrapola a ciência em si, tornando-se realidade prática da sociedade e influenciando escalas de atuação e intervenção, políticas de alcances diversos etc. (MOREIRA, 2006).

Esta visão de natureza esteve associada com um momento histórico de fortalecimento do capitalismo enquanto sistema econômico conectado com transformações importantes. Dentre elas tem-se o processo de cercamento de terras comuns por meio de ações de expropriação da população rural com a legitimação de sua posse através da propriedade privada (o que representou uma privatização da natureza e dos meios de produção), como também a consolidação da Revolução Industrial nos grandes centros urbanos da Europa, com o crescimento exponencial da população urbana (MOREIRA, 2006; MENDONÇA; KOZEL, 2009).

Este distanciamento intencional dos sujeitos que foram desprovidos de suas terras, constituiu-se em um dos mecanismos principais de externalização tanto da natureza como da força de trabalho, ao representar a desvinculação dos sujeitos que antes produziam diretamente de suas terras e que agora passam a depender da venda da sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades básicas (MOREIRA, 2006; MENDONÇA; KOZEL, 2009).

Estes processos de dessacralização e externalização da natureza vão se consolidar na ciência por meio da fragmentação do conhecimento e da dissociação do que é considerado natureza ou não. Assim, aquilo que a sociedade concebe como natureza não tem nada de natural, são construções oriundas de contextos histórico-sociais que envolvem interesses dominantes. Na prática estas formulações envolvem uma relação utilitarista da natureza, que corrobora com o sistema econômico atual. Ao tornar esta forma de entender a natureza como hegemônica, observa-se a deslegitimação de formas outras de se pensar ou mesmo de coexistir com a natureza, ao mesmo tempo em que se “naturaliza” uma determinada forma social de se apropriar dela.

Abordar qualquer configuração espacial significa lidar com tensões e contradições inerentes a relação da sociedade com a natureza vinculada, principalmente no mundo capitalista e globalizado, com degradações ambientais que, como o próprio termo propõe, resultam tanto em problemas de caráter físico e biológico quanto sociais, políticos e econômicos.

Diferentes fenômenos poderiam ser apreendidos por meio deste exercício de análise multiescalar da relação sociedade-natureza, tanto no que tange aos espaços rurais como aos espaços urbanos.

Um exemplo nos espaços rurais seria o histórico processo de perda de solos agricultáveis, que carrega intrinsecamente no seu cerne uma gama de interesses e intencionalidades de agentes globais, que extrapolam o lugar, a região ou mesmo os Estados-Nações, se tornando hoje uma questão de interesse mundial justamente pela escala global de impacto.

Aqui o ponto de partida poderia ser entender como a atuação dos agentes da sociedade configuraram o processo de ocupação e uso agrícola dos solos, posteriormente a ocupação expansionista e degradante dos domínios morfoclimáticos. A apropriação do território brasileiro, por exemplo, se configura dentro de um contexto maior de dominação colonial, voltado para o desenvolvimento de práticas econômicas derivadas dos interesses de exploração da metrópole (PRADO JÚNIOR, 1961; PORTO-GONÇALVES, 2006; OLIVEIRA, 2007; BASSI, 2018; GLASS, 2018).

Estes interesses fomentaram a concentração de terras, o genocídio de povos originários, bem como o extrativismo colonial como forma de exploração. Estes processos se materializam em estruturas que até hoje permanecem enquanto formas, mas também enquanto reprodução dos seus conteúdos.

Se hoje nos deparamos com o fim do colonialismo, isso não significou o fim da colonialidade, das relações de dependência econômica do Brasil frente as demandas do mercado externo, muito menos representou o fim a exploração capitalista intensiva da natureza e das relações de trabalho (PRADO JÚNIOR, 1961; PORTO-GONÇALVES, 2006; OLIVEIRA, 2007; BASSI, 2018; GLASS, 2018).

Hoje o neoextrativismo ganha novas formas, novas roupagens, como também um novo nome, o agronegócio, enquanto projeto e práticas de potencializam e reproduzem os padrões de expropriação, dominação e exploração da natureza e da sociedade por meio do trabalho, por exemplo (ACOSTA, 2016).

Com relação ao trabalho identifica-se a substituição dos postos de trabalho pela mecanização da produção, o aumento da informalidade e das condições de precarização, a insegurança alimentar e a pobreza, bem como a intensificação dos conflitos no campo, articuladas com as medidas de expropriação e criminalização de determinados grupos sociais (PRADO JÚNIOR, 1961; PORTO-GONÇALVES, 2006; OLIVEIRA, 2007; BASSI, 2018; GLASS, 2018).

Com relação a natureza há diferentes mecanismos de degradação, perda da biodiversidade e poluição, vinculados com a aplicação intensiva de fertilizantes e agrotóxicos, o aumento do uso de espécies

transgênicas e com alterações de engenharia genética patenteadas por corporações de controlam a produção e comercialização de *commodities*, a compactação e empobrecimento do solo, o uso intensivo de água na produção, o desmatamento para incorporação de novas terras etc. (BOMBARDI, 2017; VASCONCELOS, 2018).

São conjunturas globais que influenciam nas dinâmicas locais, e até mesmo regionais e nacionais de apropriação e uso dos solos agrícolas. Estes agentes com enorme força de atuação e aliados com nichos de mercado, pesquisa e tecnologia consolidaram iniciativas como a Revolução Verde, que cada vez mais se introduziram em diferentes lugares, sendo incorporadas de distintas formas em configurações espaciais constituídas por dinâmicas naturais e sociais múltiplas. Estas, se veem pressionadas por um processo de homogeneização de práticas, de insumos, de alimentação, de estilo de vida.

Cada região ou lugar é atingido por esta escala de impacto carregando consigo particularidades que também devem ser consideradas. Diferentes regiões e lugares lidam com demandas globais de exploração com singularidades ao longo do processo. Diversas formas de resistência se espriam pelos lugares, propondo novas relações com a natureza, com a produção dos saberes, com os alimentos e com as filosofias de vida. E estas resistências se fortalecem inclusive globalmente, embora sejam incorporadas localmente de diversas formas.

O lugar se coloca como o cenário da conflitualidade entre o jogo de forças da globalização e da fragmentação. Por um lado, a primeira exprime um agir técnico e um formal que convocam uma obediência, uma repetição de padrões e processos que são produtoras de uma escala de ação. Já a fragmentação, enquanto a outra face da moeda, possui um agir simbólico fundamentado nas formas afetivas e de resistência que emanam do cotidiano do lugar (SILVEIRA, 2004).

Por isso, as formas de apropriação e exploração dos solos nos espaços rurais carregam ações e complexidades que não se restringem a escala local de origem e nem de impacto, mas correlacionam e reproduzem, com diferentes intensidades e níveis de resistência, estruturas e conteúdos que vão se materializar, atribuindo-lhe diferenciações espaciais singulares.

Nos espaços urbanos a ocupação do espaço também deriva da atuação dialética dos agentes sociais, econômicos e políticos. Os deslizamentos de terra que comumente ocorrem nas áreas serranas durante os períodos de chuva intensa ou mesmo os alagamentos recorrentes nos rios urbanos, por exemplo, derivam de diferentes aspectos vinculados com a ocupação do relevo.

Uma ocupação da vertente e dos vales que se relaciona com os aspectos físicos de fragilidade ou potencialidade e que influenciam na classificação e zoneamento das áreas da malha urbana definindo os seus usos, como também por dinâmicas da ocupação socioespacial de diferentes classes, resultando em um espaço urbano ao mesmo tempo fragmentado e articulado, reflexo e condicionante, conjunto de simbologias e campo de lutas. Um espaço urbano capitalista com acesso desigual aos recursos básicos da reprodução da vida que se manifestam nas diferenças locais (CORRÊA, 1995; CARLOS, 2015).

Aqui vale pensar o espaço urbano como desigual desde a sua base física, que se configura como síntese das dinâmicas da natureza, até os processos, também desiguais, de apropriação social, que pela ocupação e funcionalidade se torna privada. Ou seja, as classes sociais se apropriam e se relacionam com a natureza de forma desigual nas cidades.

Assim, o urbano é configurado pela diversidade das dinâmicas naturais, pela apropriação desigual da natureza e pela (re)produção do espaço geográfico, potencializando territórios de inclusão ou exclusão, tanto do ponto de vista econômico e social, como também ambiental, com a ocupação seletiva de áreas de alta vulnerabilidade e fragilidade, que colocam em risco a vida das pessoas (CORRÊA, 1995; CARLOS, 2015).

A ocupação das vertentes e dos vales se realiza pela propriedade privada do solo urbano. A vertente se configura como a mais básica de todas as formas de relevo, permitindo o entendimento do processo evolutivo e dos mecanismos morfogenéticos e morfodinâmicos responsáveis pela sua elaboração. Seus processos se individualizam pelos fatores exógenos e endógenos, os primeiros influenciados pelas dinâmicas climáticas e o segundo pela estrutura geológica e tectônica. O balanço morfogenético de uma vertente está vinculado com a declividade, a natureza da rocha e o clima, assim estas dinâmicas naturais devem ser consideradas como essenciais no planejamento urbano (CASSETI, 1991).

O deslizamento ou desmoronamento corresponde ao deslocamento de massa do regolito sobre o embasamento saturado de água, enquanto principal agente dos movimentos gravitacionais de massa. O tipo mais comum nas encostas ocupadas é o induzido, ou seja, potencializado pela ocupação e práticas sociais que, por vezes, mobilizam materiais produzidos pelo uso. Não por acaso estes espaços se configuram como de exclusão socioespacial, áreas com serias restrições e majoritariamente ocupada pelos grupos sociais mais marginalizados (CASSETI, 1991).

O mesmo ocorre com a ocupação dos vales e planícies de inundação, apesar de se configurarem como áreas de risco, são ocupadas pela população mais vulnerável. Além disso, os episódios de inundação se associam com o dimensionamento das galerias pluviais, as dinâmicas de drenagem urbana, o lançamento pluvial em cabeceira de drenagem, os projetos subdimensionados de represamento dos rios e estudo detalhado das intensidades pluviométricas dos períodos de chuva (CASSETI, 1991).

Assim, pensar em um fenômeno resultante da relação dialética da natureza com a sociedade significa considerar processos, estruturas e funções que derivam de diferentes escalas geográficas. Os eventos e intencionalidades oriundos deste movimento de (re)produção do espaço geográfico vão configurar-se materialmente em formas espaciais enquanto coexistência de diferentes contextos históricos, que ao perpetuarem ou não determinados conteúdos se modificam.

Estes exemplos são apenas uma aproximação para demonstrar que buscar a apreensão do espaço geográfico em movimento e que pensar em escalas geográficas com base na conexão e na relação, pressupõe considerar que as configurações espaciais na sua diversidade e na sua unidade estão baseadas nas conflitualidades existentes entre a sociedade e a natureza, e que esta relação só é entendida se considerarmos uma abordagem multiescalar. Esta abordagem se dá quando contemplamos as escalas de origem dos eventos e dos fenômenos, bem como a articulação entre as múltiplas escalas de análise e as escalas de impacto, que representam diversos agentes e suas intencionalidades, sendo estes sujeitos fundamentais no processo de transformação do espaço geográfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As problematizações sobre a questão escalar, vinculada a questão da representação, da cartografia ou mesmo da totalidade do real no debate teórico da Geografia demonstram a relevância de nos debruçarmos sobre as escalas geográficas enquanto elementos fundamentais de apreensão das transformações do espaço geográfico atual.

Frente a esta necessidade abordamos contribuições que buscam incorporar ao olhar geográfico sobre as escalas a questão do movimento, da fluidez do espaço e da multiescalaridade. Entendendo a escala geográfica enquanto construção social e que, portanto, expressam contradições e interesses. Hoje, dominar as escalas e suas articulações se tornou ainda mais estratégico.

A este debate inserimos a questão da relação sociedade-natureza, enquanto elementos fundantes do espaço geográfico e de uma Geografia integradora, considerando que as dinâmicas da natureza e as dinâmicas da sociedade dialeticamente resultam em configurações espaciais que carregam em si diversidade e unidade. E estas distintas configurações em seu movimento contínuo dos eventos e das novas e velhas formas e conteúdos só podem ser apreendidas em sua totalidade quando adotamos uma abordagem multiescalar.

Nosso maior objetivo foi sinalizar um esquema-síntese de abordagem escalar que busca justamente a articulação entre uma abordagem da relação sociedade-natureza, indicando a importância desta conjunção para a análise geográfica do espaço. Esta discussão foi uma primeira aproximação sobre o tema, que ganha relevância frente aos novos debates sobre as múltiplas escalas de origem e impacto dos eventos vinculados a problemas socioambientais cada vez mais globais.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: Duas faces da mesma maldição. *In*: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

- BAHIANA, L. C. da C. **Contribuição ao estudo da questão da escala na Geografia: escalas em Geografia Urbana**. 200 f. 1986. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BASSI, B. S. Latifúndio: quem são os donos da terra no Brasil? *In*: SANTOS, M; GLASS, V. **Atlas do agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.
- BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária – FFLCH-USP, 2017.
- BRENNER, N. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **GEOUSP**, n.33, p.198-220, 2013. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2013.74311>
- CARLOS, A. F. A. **A crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.
- _____, A. F. A. Da "Geografia Abstrata" a "Geografia Concreta". *In*: MENDONÇA, F.; LOWENSAHR, C. L.; SILVA, M. da. **Espaço e Tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 73-90.
- CASTRO, I. E. O Problema da Escala na Geografia. *In*: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. da C. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p.117-140.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v.29, n.1, 2003, p.11-24.
- CASSETI, V. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto, 1991.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.
- GLASS, V. Conflitos e resistência: lutas de morte ou vida. *In*: SANTOS, M; GLASS, V. **Atlas do agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.
- LEFF, E. **Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: PNUMA e Ed. Vozes, 2001.
- MELAZZO, E. S.; CASTRO, C. A. A escala Geográfica: Noção, Conceito ou Teoria? **Revista Terra Livre**, v. 2, n. 29, p. 133-144, 2007.
- MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. *In*: MENDONÇA, F; KOSEL, S. (orgs.) **Elementos da epistemologia da Geografia contemporânea**. UFPR, 2002.
- MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Etc...espaço, tempo e crítica**, v.1, n.1(3), p.55-70, 2007.
- _____, R. **O que é geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____, R. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006, p.191.
- MOORE, A. Repensar a escala como uma categoria geográfica: da análise para a prática. **GEOgraphia**, v.20, n.42, 2018. <https://doi.org/10.22409/geographia.v20i42.1277>
- NUNES, J. O. R et al. A influência dos métodos científicos na Geografia Física. **Terra Livre**, v. 2, n. 27, p.119-130, 2006.
- KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro, 1976.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo (colônia)**. São Paulo: Brasiliense, 6ªed, 1961.
- RACINE, J. B.; RAFESTIN, C.; RUFY. Escala e ação: Contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, v.45, n.1, p. 133-145, 1983.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: HUCITEC, 1977.

_____, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVEIRA, M. L. Escala geográfica: da ação ao império? **Terra Livre**, v.2, n.23, 2004, p.87-96.

SOUSA, M. L. de. Escala Geográfica, "Construção social da escala" e "políticas de escala". In: **Os conceitos fundamentais da Pesquisa Socio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand, p. 179-216, 2013.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. **Rev. Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, n.93, 2001.

Recebido em: 03/03/2021

Aceito para publicação em: 25/10/2021